



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Requerimento nº 1252/2026DRGDRHYRE

Moção de repúdio à fala do Pré-candidato à Presidência e ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema.

Os vereadores Fabi Virgílio, Alcindo Sabino, Filipa Brunelli, Guilherme Bianco, Maria Paula e Paulo Landim, que esta subscrevem, vêm, apresentar **MOÇÃO DE REPÚDIO** à fala do Pré-candidato à Presidência e ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema.

No dia 1º de maio de 2026, Zema afirmou no podcast “Inteligência Ltda” que se for eleito, quer mudar o fato de que no Brasil, crianças não podem trabalhar.

O trabalho infantil é definido como toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho, conforme a legislação de cada país, e no Brasil essa idade é para menores de 16 anos, porém a partir dos 14 anos é possível atuar como aprendiz.

Sabe-se que o trabalho infantil aparece junto com a evolução do capitalismo, na primeira metade do século XIX, onde os homens começaram a ser substituídos por mulheres e crianças nas fábricas, sendo considerados mão de obra “obediente” e mais barata. As crianças chegavam a ter uma jornada de 16 horas por dia, trabalhando em minas ou em máquinas perigosas que colocavam em risco a vida desses menores.

No Brasil no ano de 1943, Getúlio Vargas, sob fortes pressões populares outorgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabeleceu a idade mínima de doze anos para o trabalho.

Na Constituição Federal de 1988, a idade mínima para o trabalho foi elevada para catorze anos, abrindo exceção para os aprendizes (12 anos); e os trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres foram proibidos para menores de 18 anos. Ainda em 1988, a Emenda Constitucional nº. 20 alterou o referido inciso. A idade mínima para o trabalho passou de 14 para 16 anos e a do aprendiz, de 12 para 14 anos.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veio com o objetivo de regulamentar os direitos e garantias às crianças e aos adolescentes, previstos na



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Constituição de 1988. Junto a isso, pela CLT, fica assegurada a jornada de trabalho em conformidade às condições escolares.

O Combate ao Trabalho Infantil é uma situação muito complexa, pois ele está associado à pobreza, à desigualdade e à exclusão social, mas outros fatores de natureza cultural, econômica e de organização social da produção respondem também pelo seu agravamento.

A fala do Pré-candidato é inadmissível, ainda mais quando afirma: *“a esquerda criou essa noção de que trabalhar prejudica a criança”*.

O combate ao trabalho infantil não é apenas uma questão da esquerda; deve ser de todos!

Trata-se de uma discussão sobre direitos humanos, um desafio tanto para o Estado quanto para a sociedade. A infância e a adolescência merecem especial atenção das políticas sociais, enquanto etapas do ciclo de vida que devem ser destinadas primordialmente à educação e à formação biopsicossocial dos indivíduos.

São mais de 30 anos lutando pela erradicação do trabalho infantil. Podemos citar o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) como exemplo, criado em 1996 e vinculado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o PETI constitui uma estratégia governamental de proteção social e sua atuação é baseada na busca ativa, no suporte socioassistencial às famílias e na transferência de renda para afastar menores de 16 anos do trabalho precoce.

Por meio desta Moção, reafirma-se a defesa das crianças e dos adolescentes, a valorização da educação e da necessidade de preservação da infância.

Como diz a música da dupla musical, Palavra Cantada: *“Criança não trabalha, criança dá trabalho!”*

Diante do exposto, requeremos, satisfeitas as formalidades regimentais, o encaminhamento da presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** desta Câmara Municipal de Araraquara, ao ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema, reafirmando a proteção da vida da criança e do adolescente, pelo fortalecimento da educação e por uma infância livre do trabalho. Nossas crianças têm o direito de ser crianças.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 1 de junho de 2026.

FABI VIRGÍLIO, ALCINDO SABINO, GUILHERME BIANCO, FILIPA BRUNELLI, PAULO LANDIM,
MARIA PAULA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=R6U6Y85R4SYG6WGZ>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **R6U6-Y85R-4SYG-6WGZ**